


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjstj.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0008181-87.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 28/11/2013 09:53:59 faço estes autos conclusos ao
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
 subscrevi.

LILIAN DAISY ADILIS OTTOBRINI COSTA opõe embargos à execução que lhe move o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. É proprietária de imóvel rural. Aos 03.03.09 aceitou Termo de Ajustamento de Conduta – TAC comprometendo-se a: a) averbar 20% de reserva legal (RL), mantendo-a livre de trânsito ou qualquer atividade potencialmente lesiva à vegetação nativa, providenciando a averbação no Cartório de Registro de Imóveis (CRI); b) finalizar o reflorestamento no interior das Áreas de Preservação Permanente – APPs. Aos 19.05.10 aceitou Aditamento ao TAC com os seguintes ajustes e complementações: a) já averbados 13,12% de RL, averbar os 6,88% restantes até 31.12.17; b) reposição florestal total até 31.01.18 seguindo as orientações dos órgãos ambientais, aprovado o projeto de reflorestamento pela SMA até 31.12.11. Sustenta que o novo Código Florestal, Lei nº 12.651/12, atenuou as obrigações ambientais e, sob a sua luz, a propriedade rural atende quase que integralmente à legislação. Quanto às APPs, o § 4º do art. 4º excluiu a proteção no entorno de acumulações de água com superfície inferior a 1 hectare, vedada nova supressão de áreas de vegetação nativa. Quanto à RL, o art. 15 autorizou o cômputo das APPs na RL, de modo que, consideradas as APPs existentes na propriedade, não se faz mais necessário averbar os 6,88% restantes. A nova legislação exige a realização de novo projeto de reflorestamento, e concede o prazo de 2 anos para o início da recomposição, desde a publicação da lei, sem punição dentro dele (art. 59, §§ 4º e 5º), estando a embargante no prazo (art. 17, § 4º). Sob tais fundamentos, pede: a) prazo de 180 dias para cumprir integralmente a regularização da RL dentro da propriedade de acordo com a nova legislação; b) prazo de 60 dias para apresentar novo projeto de recuperação florestal nas áreas de RL; c) declaração de anistia sobre multas e prazos de acordo com a nova lei; d) suspensão da execução.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

O Ministério Público apresentou embargos (fls. 48/128) esclarecendo, de início, que os embargos referem-se à execução nº 0010351-66.2012, que por sua vez concerne apenas às obrigações alusivas à RL, não às APPs (para estas, há outra execução). Argumenta pelo caráter protelatório dos embargos. Sustenta que no caso específico o TAC destina-se à proteção dos mananciais da bacia do Monjolinho, no interior do qual a propriedade rural da embargante, mananciais a partir dos quais é captada água para abastecer cerca de 15% da população da cidade – 66 mil habitantes. Se não bastasse, aplica-se a Lei Municipal nº 13.944/06 que fica as APPs em conformidade com o TAC, reforçando a proteção ambiental diante de particularidades do ecossistema local. A pretensão deduzida, ademais, viola o ato jurídico perfeito (TACs). Ademais, inconstitucional o novo Código Florestal na parte que autoriza o cômputo das APPs na RL, uma vez que uma e outra cumprem funções ecológicas distintas e a norma viola os princípios da dignidade da pessoa humana (sadia qualidade de vida / meio ambiente ecologicamente equilibrado), da transformação social e do desenvolvimento sustentável, bem como da proibição de retrocesso ambiental.

As partes foram instadas a especificar provas, pleiteando a embargante (fls. 141/142) o georreferenciamento da propriedade, a elaboração de laudo de caracterização florestal e “jurisprudências” (?), e o embargado (fls. 143) não as requerendo.

FUNDAMENTAÇÃO

1. Julgo o pedido na forma do art. 740, parágrafo único c/c art. 330, I do CPC, uma vez que a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, observados os seus estritos limites, abaixo delineados.

2. O primeiro ponto a considerar: não se conhecerá dos pedidos deduzidos que concernem às APPs, uma vez que, como alegado pelo Ministério Público em impugnação (fls. 50) e não impugnado pela embargante, a execução ora embargada – 10351-66-12 - tem como objeto tão somente a questão alusiva à RL. Uma outra execução – 8505-48-11 – é que pretende o cumprimento das obrigações das APPs. Intuitivo, nesse contexto, que os embargos aqui opostos não podem repercutir sobre aquela outra execução. A embargante deverá, atendidos os pressupostos processuais, opor embargos naquela, aí sim discutindo, se o caso,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

o que cabe em relação às APPs.

3. Assim, restrinjo o objeto destes embargos à obrigação da RL.

4. Os embargos, nesses limites, merecem acolhimento.

5. O art. 59 da Lei nº 12.651/12 estabeleceu o prazo de 01 ano, prorrogável por mais 01, para os entes federativos implantarem Programa de Regularização Ambiental (PRAs) nas propriedades rurais, cabendo à União Federal o estabelecimento de normas gerais, e aos Estados e Municípios o detalhamento de acordo com as especificidades. O imóvel deve ser inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR), e o prazo para o interessado cadastrar-se é de 01 ano, prorrogável por mais por ato do Poder Executivo, contado da implantação do PRA. O interessado requer adesão ao PRA, e o órgão ambiental competente o convoca para a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Ao longo desse processo, não incidem sanções sobre o interessado.

6. Quanto à propriedade rural da embargante, é verossímil a alegação de que, em tese, de acordo com a nova legislação, há a possibilidade de alterar-se a obrigação instituída no termo de compromisso exequendo, uma vez já averbados 13,12% e existentes APPs que poderão, se preenchidos os requisitos do art. 15, ser computadss. Há, realmente, a possibilidade de não ser mais necessária a averbação dos 6,88% restantes destacados de áreas fora das APPs.

7. A rigor, o embargado não controverte sobre a possibilidade, em tese, de a propriedade rural da embargante enquadrar-se no novel regime em que a APP considerada no cálculo do percentual da RL.

8. O embargado aduz, inicialmente, que a adoção da nova legislação viola ato jurídico perfeito, qual seja, o TAC e seu aditamento.

9. O argumento não prospera. A nova legislação afetou de modo direto o regime jurídico concernente à disciplina das RLs. Aplica-se à esta relação concreta. Não se ofende ato jurídico perfeito. E garante-se a isonomia, para não beneficiar aqueles que, de má-fé, não pretendendo colaborar, prevalecendo-se da morosidade nos trâmites administrativos ou judiciais, não celebraram TACs e foram atingidos, depois, pela nova legislação mais benéfica.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Assim, desde já se afirma a incidência das novas regras sobre esta relação material, independentemente do TAC.

10. Em seguida, o embargado alega a inconstitucionalidade dessas regras novas, instituídas pela Lei nº 12.651/12.

11. Sem prejuízo das opiniões em contrário, não se vislumbra inconstitucionalidade.

12. Os princípios alusivos à proteção ambiental, referidos pelo embargado em impugnação, são apenas alguns dos princípios instituídos em nossa ordem constitucional, e colidem com outros tantos quem têm o propósito de promover ou realizar outros objetivos de mesma importância para a sociedade.

Imprimir aos princípios ambientais a prevalência absoluta pretendida pelo embargado, com cerceamento desproporcional da autonomia do Poder Legislativo - da liberdade de conformação do legislador -, representa indevida ingerência do Poder Judiciário no âmbito da atuação dos demais poderes, ofendendo-se a harmonia e independência dos Poderes.

Ademais, são invocados princípios ambientais de conteúdo indeterminado, com notável vagueza semântica. Há que se ter muita cautela em sua suposta efetivação judicial, pena de, a pretexto efetivar princípios, violar-se regras que se prestam, na técnica legislativa, a dar concretude e conformação à solução democraticamente alcançada para a conciliação e concordância prática entre vários valores colidentes, efetivando o valor fundamental da segurança jurídica.

13. O próprio princípio da proibição de retrocesso tem que ser visto com muito cuidado. Se aplicado de modo rígido como proposto, cerceia desmedidamente a autonomia do Legislador, a quem o sistema certamente possibilita a mudança de estratégias ou rumos no sentido de promoverem-se os objetivos fundamentais da República.

14. No mais, especificamente quanto aos prazos, não se vislumbra prejuízo nas postulações da embargante.

DISPOSITIVO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Ante o exposto, ACOLHO os embargos e: a) afasto a incidência das multa diárias enquanto não decorrido os prazos estabelecidos nos itens a seguir; b) concedo à embargante, a contar da publicação desta no DJE, o prazo de 180 dias para cumprir regularizar a RL dentro da sua propriedade de acordo com a nova legislação; c) concedo à embargante prazo de 60 dias, a contar da publicação desta no DJE, para apresentar novo projeto de recuperação florestal nas áreas de RL; d) pelo prazo de 180 dias, a contar da publicação desta no DJE, suspendo a execução.

P.R.I.

São Carlos, 29 de novembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**